

ASPECTOS JURÍDICOS NAS PRESTAÇÕES DE CONTAS ELEITORAIS: UMA ANÁLISE DAS NORMAS E IMPLICAÇÕES LEGAIS

Autor(res)

Vamberth Soares De Sousa Lima
Maria Cristina Da Silva Costa
Habib Ribeiro David
Carine Silva Diniz

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A prestação de contas eleitorais é uma exigência legal fundamental para garantir a transparência e lisura do processo democrático. Ela envolve a correta apresentação de receitas e despesas de campanhas políticas, sendo um requisito indispensável para validação das candidaturas.

Em um contexto de crescente judicialização da política, as normas jurídicas que regulam essa prática tornam-se ainda mais relevantes, tanto para o controle social quanto para a prevenção de fraudes. Este estudo analisa os aspectos legais envolvidos, destacando os desafios enfrentados por candidatos e partidos para atender às exigências normativas nas eleições de 2024.

Objetivo

O objetivo deste estudo é analisar os aspectos jurídicos das prestações de contas eleitorais de 2024, avaliando como as novas regulamentações impactam a transparência, a responsabilidade dos candidatos e o cumprimento das normas estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Material e Métodos

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória para investigar os aspectos jurídicos das prestações de contas eleitorais em 2024. A análise documental incluiu a Lei nº 9.504/1997 e a Resolução nº 23.607/2019 do TSE, focando nas regulamentações atuais e suas mudanças. A pesquisa também avaliou a jurisprudência do TSE sobre irregularidades em prestações de contas de 2018 a 2022, destacando padrões de aplicação das normas e sanções. Entrevistas semiestruturadas foram realizadas com advogados e contadores especializados em direito eleitoral para identificar os desafios enfrentados por candidatos na interpretação das regras. Além disso, foi examinado o uso do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE), observando sua eficácia e as dificuldades técnicas. Essa abordagem permitiu uma análise abrangente das implicações legais e operacionais para candidatos e partidos nas eleições de 2024.

Resultados e Discussão

A análise das prestações de contas eleitorais de 2024 destaca um aumento na rigidez das normas e na exigência de detalhamento financeiro. O uso do Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE) facilitou a transparência, permitindo ao TSE identificar rapidamente inconsistências e irregularidades, como omissões de receitas e despesas não justificadas. No entanto, candidatos de partidos menores e regiões com menos infraestrutura enfrentam dificuldades técnicas, revelando desigualdades no acesso à tecnologia e na interpretação das regras. A jurisprudência recente do TSE evidencia uma tendência de punições mais severas, como multas e inelegibilidade, para irregularidades graves. A discussão aponta para a necessidade de maior clareza normativa e capacitação dos candidatos, a fim de evitar falhas e assegurar a conformidade. A equidade no processo eleitoral depende de um equilíbrio entre rigor jurídico, acessibilidade das normas e suporte técnico para candidatos e partidos.

Conclusão

A análise dos aspectos jurídicos das prestações de contas eleitorais de 2024 mostra avanços em transparência e controle, impulsionados por normas mais rigorosas e uso do SPCE. Contudo, a complexidade das regras desafia candidatos com menos recursos, gerando desigualdades no cumprimento. Para maior equidade, é essencial fortalecer a capacitação dos envolvidos e fornecer suporte técnico, garantindo conformidade legal e confiança no processo eleitoral, assegurando a legitimidade das eleições.

Agência de Fomento

FAP-DF-Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Distrito Federal

Referências

- BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 18 out. 2024.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº 23.607, de 17 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de contas nas eleições. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 18 out. 2024.
- SILVA, J. A. Aspectos jurídicos e transparência nas prestações de contas eleitorais. *Revista Brasileira de Direito Eleitoral*, v. 18, n. 2, p. 45-67, 2023.
- SANTOS, M. C.; ALMEIDA, L. B. Desafios na prestação de contas eleitorais: análise crítica das eleições de 2022 e implicações para 2024. *Revista de Direito Público*, v. 12, n. 4, p. 78-92, 2023.
- GOMES, R. F. A transparência nas campanhas eleitorais: controle e eficácia do SPCE. *Revista Eleitoral Brasileira*, v. 10, n. 3, p. 33-49, 2022.
- NUNES, T. R.; COSTA, F. A. Implicações legais na prestação de contas eleitorais: jurisprudência e sanções.